

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**  
**DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

**N.º 1/2014**

**DIA:** Vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e catorze.-----

**HORA:** Dezanove horas e vinte e cinco minutos.-----

**LOCAL:** Salão do primeiro andar do Edifício da Associação e Promoção Desenvolvimento de Castelões - APDC, sito na Avenida Padre Joaquim Valente Martingo, na freguesia de São Pedro de Castelões, no concelho de Vale de Cambra.-----

**O PRESIDENTE:** Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva, (CDS/PP); -----

**2º SECRETÁRIO:** Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira, (CDS/PP); -----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres, (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, (CDS/PP); -----

- Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro, (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, (CDS/PP); -----

- Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva, (CDS/PP); -----

- Albano de Oliveira Braga, (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques, (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, (PPD/PSD);-----

2014.02.26

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares, (PPD/PSD);-----
- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, (PPD/PSD);-----
- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes, (PPD/PSD);-----
- Serafim Rodrigues, (PPD/PSD), em substituição de Mariana Cubal Fonseca Brandão; -----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida, (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras, (PS);-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves, (PS); -----
- PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
- PPD/PSD – Manuel David Rodrigues, representante legal do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP - António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Dr. Almerindo Tavares da Costa Santos, representante legal do Sr. Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho; -----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, encontra-se presente em representação da Câmara Municipal, o**

2014.02.26

Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Encontram-se ainda presentes os Vereadores Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.<sup>a</sup> Maria Catarina Lopes Paiva, Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva e a Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha,-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, deu início à sessão, agradecendo à APDC, a cedência do espaço para a realização da mesma e para a exposição de fotografia. -----

**O Sr. Presidente da Mesa**, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, informou que após comunicação da impossibilidade de estar presente nesta sessão, a D.<sup>a</sup> Mariana Cubal Fonseca Brandão, foi convocado nos termos da Lei, o **Sr. Serafim Rodrigues**, para preencher a vaga, tendo tomado posse e participado nos trabalhos da sessão.-----

**Informou ainda** que o Sr. Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, comunicou que, por impossibilidade de participar na sessão, se faria representar pelo seu substituto legal, **Sr. Manuel David Rodrigues**, que tomou posse e participou nos trabalhos da sessão.-----

**Recebeu ainda** uma comunicação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Sr. Manuel Correia de Campos, a informar da impossibilidade de participar na sessão, e que se faria representar pelo seu substituto legal, **Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos**, que tomou posse e participou nos trabalhos da sessão. -----

- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, disponibilizou para consulta, a correspondência recebida desde a última sessão. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos, arquivados em pasta própria.-----

2014.02.26

Convidou a Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha a ocupar o lugar que lhe pertence por direito, na qualidade de Vereadora da Câmara Municipal. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, **Sr. Abel de Pinho Soares**, que agradeceu e deu as boas vindas aos presentes, à freguesia de S. Pedro de Castelões, felicitando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na pessoa do Sr. Eng.º Rui Leite, pela iniciativa de levar a sessão da Assembleia às Juntas de Freguesia do concelho e particularmente à Vila de São Pedro de Castelões.-----

Mencionou ainda a exposição fotográfica subordinada ao tema “A Vila que se fez Cidade”, e que espera, seja bastante participada. Agradeceu ainda à direção da APDC, na pessoa do seu Presidente, Sr. António Neves, por ter disponibilizado o espaço, para a realização da sessão da Assembleia Municipal e para a exposição, mas lamenta que a Junta a que preside, sendo a maior do concelho, não tenha instalações condignas para este tipo de eventos, mas tem esperança que num futuro próximo, esse problema seja resolvido.-----

Fez um agradecimento às pessoas que estiveram envolvidas na organização da sessão da Assembleia Municipal, assim como da respetiva exposição fotográfica.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra a todos os membros da Assembleia Municipal, que pretendam intervir: -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques**, começou por informar que em vinte e sete de setembro de dois mil e dois, reuniu pela primeira vez a Assembleia Municipal no Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, presidida ao tempo, pelo ilustre Castelonense, Eng. Damião Martins de Castro. Hoje reuniu-se novamente nesta freguesia, facto que saudam. -----

Felicitou a Mesa da Assembleia Municipal por promover a realização da segunda sessão em S. Pedro de Castelões. -----

2014.02.26

Pretende, nesta oportunidade, homenagear todos os Castelonenses e, de um modo especial, todos os autarcas, que estão e os que estiveram ao serviço da freguesia de São Pedro de Castelões. Evocou a memória do saudoso autarca, um autarca de referência, e amigo, Amaro Eduardo Martins de Almeida.-----

Presta assim, a sua homenagem a todos os autarcas que nesta freguesia deram o seu melhor pela causa pública. -----

Saudou também o Sr. Presidente da APDC, na qualidade de anfitrião, Sr. António Neves e na sua pessoa, todos os membros dos órgãos sociais, colaboradores e sócios da Associação que viu nascer e a que está ligado com o nº 1.-----

Remontam a muitos séculos atrás, os vestígios da presença humana no espaço geográfico desta freguesia, apontam-se os séculos IV e V a.c. a julgar pelos vestígios castrejos e pelas mamoadas em tempo, identificadas e registadas na cartografia do município.-----

Estando a celebrar os 500 anos da atribuição, em dez de fevereiro de 1514, do foral manuelino às Terras de Cambra, que conferiu, certamente, o reconhecimento de uma comunidade, de uma população com identidade própria e com relevância económica e social. -----

Decorridos estes séculos, e, olhando à volta, que património arquitetónico se encontra dessa época?! A igreja de S. Pedro de Castelões séc. XVI?-----

E que obra! para o esforço económico daquele tempo.-----

Ainda hoje, é um património de referência, que com a sua grande sensibilidade e empenho o Pároco, Reverendo Padre Martingo tem sabido preservar e promover e que mais? -----

A beneficiação nos anos noventa do séc. XX, com a construção da segunda torre por benemerência do Sr. Eng. Ilídio Pinho. -----

Concordarão, que é difícil, reconhecer/encontrar património edificado afeto ao

2014.02.26

serviço público na freguesia, ao longo destes cinco séculos, à exceção de algumas estradas e pontes, escolas primárias e fontanários, da responsabilidade de algum benemérito ou das administrações locais e central. -----

A maior parte do património edificado deve-se ao esforço das famílias de Castelonenses, de onde se destacam os belos solares.-----

Foi no último quartel do século XX, com a instauração do poder local, no pós vinte e cinco de abril, que se deu a grande revolução do desenvolvimento dos equipamentos públicos no concelho e, necessariamente, também em S. Pedro de Castelões. -----

Foi a partir daí, que o governo da República olhou para Vale de Cambra e apoiou a construção de um conjunto de equipamentos públicos, como nunca se viu ao longo dos séculos passados. -----

Foram as pessoas de Castelões que num abaixo assinado, com cerca de 2000 assinaturas (adultos com Bilhete de Identidade declarado) reivindicaram, no início dos anos 90, a construção da sua EB 2,3 e ela foi construída; -----

Registaram e aplaudiram a construção da Avenida Vale do Caima e a construção de grande parte da rede de saneamento, no mandato do Dr. Luís Gonçalo, contudo, foi a partir de meados da década de 90 que, sob as presidências sucessivas do Senhores Dr. António Fonseca, do saudoso Dr. Eduardo Coelho e do Eng. José Bastos, que no município e na freguesia o património edificado para o serviço público teve um crescimento sem precedentes, a marcar de forma indelével a história da freguesia:-----

- A freguesia foi a primeira no concelho a usar insígnias heráldicas, como a bandeira e estandarte com o respetivo brasão.-----

- Foi construída a EB 2,3 nas Dairas, como já tinha referido.

- Foram construídas a Praça Pública de São Pedro e a Avenida Padre Joaquim

Valente Martingo, aqui mesmo ao lado, a Praia Fluvial de Burgães, a Avenida de Burgães, a Avenida de Macinhata, os arruamentos do Plano de Expansão Nascente, numerosas ruas e caminhos, inclusive agrícolas e rurais. -----

- Embora com uma abrangência que se estende a todo o município foi nesta freguesia que foram construídos o Mercado, o Pavilhão Desportivo, as Piscinas Municipais e instalados os serviços municipais no edifício da antiga “Lacto Lusa, Lda.”. -----

Foi neste período, que a Assembleia da República atribuiu o título de Vila com a nova designação de S. Pedro de Castelões – teve o privilégio de assistir à votação na Assembleia da República, no dia vinte de Maio de 1993. A apresentação do projeto-lei na Assembleia da República foi uma iniciativa do Dr. Adérito Campos, na altura Deputado. -----

Sobre S. Pedro de Castelões e os Castelonenses, destacou a obra “Castelonenses ilustres” e homenageou o seu autor, o Sr. Adolfo Tavares Coutinho.-----

É também nesta freguesia que ocorre, porventura, a maior romaria do distrito de Aveiro, no lugar de Gestoso, a Nossa Senhora da Saúde da Serra, que Júlio Dinis referencia numa das suas obras literárias. É um dos locais do concelho mais visitado pelos turistas. Presta homenagem, na pessoa do Sr. Padre Martingo, à ação dos Párocos no desenvolvimento do Parque, com a colaboração da Irmandade e da autarquia. -----

Na ação social, a freguesia tem infraestruturas de grande qualidade tanto do ponto de vista físico como humano. -----

O Centro Social e Paroquial com a sua creche, a Santa Casa da Misericórdia que aqui tem a sua sede, com a creche, o pré-escolar, Centro de estudos e Centro de Acolhimento de São Gonçalo. -----

2014.02.26

Presta homenagem ao Sr. Dr. Manuel Augusto Sousa Gomes de Almeida, o grande obreiro do Lar de Burgães, enquanto Provedor da Santa Casa da Misericórdia, uma obra de referência dentro e fora do Concelho – passe a publicidade (e, sendo suspeito, declara aqui o eventual conflito de interesses, por estar atualmente nas funções de Provedor). -----

Presta ainda homenagem ao Sr. Padre Martingo o grande obreiro do Centro Social, creche e parque juvenil, entre outros, pela sua vasta obra social e pastoral. Ainda no apoio social referenciou a ação da Conferência Vicentina, e o Núcleo de Vale de Cambra da Cruz Vermelha Portuguesa, que tem o Centro de Acolhimento para Jovens sediado nesta freguesia.-----

Para além das tradicionais festividades, que ocorrem pelos diversos centros de culto, destacam-se as seculares Festas do Senhor, com maior expressão popular na celebração da semana santa, e as festas de Nossa Senhora do Carmo com a realização da profissão de fé dos adolescentes que professam a fé católica. -----

Os movimentos da Igreja Católica têm aqui também uma expressão importante: - O Agrupamento de Escuteiros, número 592, o Movimento da Mensagem de Fátima, a Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, o Movimento dos Convívios Fraternos e os grupos corais litúrgicos, entre outros ... -----

De facto a maior riqueza de S. Pedro de Castelões está nas suas pessoas e nas suas coletividades, associações e instituições. -----

Têm desenvolvido um trabalho social, cultural, desportivo e recreativo muito meritório, têm edificado um património a todos os títulos notável, considerando que partiram apenas da sua vontade de desenvolver um projeto, na, e para, a sua comunidade. Bem-hajam! -----

É com elas que cada vez mais se podem afirmar as realizações da Semana



2014.02.26

Cultural e da Feira da Castanha, eventos que, em boa hora os Castelonenses lançaram e a que muitas pessoas da região têm ocorrido. São eventos que marcam já o calendário do município, e, para além dele. -----

Homenageou de forma sentida todas as coletividades, até porque partilhou muitos momentos da história de algumas delas, e, de um modo especial, a APDC onde se encontram, e realça o trabalho dos membros dos seus órgãos sociais: -----

A Associação Dr. Manuel Luciano da Silva, o Ar-Bar, o Clube Desportivo Académico de Burgães, a COCOME das Baralhas, o Grupo Cultural e Recreativo de Cavião, o Grupo Folclórico e Etnográfico de S. Pedro de Castelões, o Inter-Caima Futebol Clube...-----

Estão ainda sediadas ou desenvolvem a sua atividade na freguesia de S. Pedro de Castelões: -----

A Cooperativa Academia de Música, a ACR, o Centro de Acolhimento da Cruz Vermelha, o Edifício Municipal, a Associação Desportiva Valecambrense, a Sociedade Columbófila de Vale de Cambra e parte da Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente. -----

Cada um, é responsável pelo tempo e pelo espaço que ocupa na história, pela oportunidade que lhe foi dada de viver. O que possa fazer ou deixar de fazer os atos que pratica, têm consequências na sua história pessoal, e, muitas vezes da comunidade envolvente onde está inserido. -----

Sabemos que há circunstâncias e contingências que levam as pessoas a agir em função de interesses mais ou menos imediatos. -----

Hoje, estando aqui perante todos vós, com a consciência do dever cumprido. Houve momentos no passado recente, que esteve em causa a continuidade, ainda que temporária, como esperam que se venha a verificar, repete, esteve em causa a continuidade da autonomia da freguesia de S. Pedro de Castelões com o

2014.02.26

processo da revisão administrativa que agregou muitas freguesias neste país. ----  
A votação do PSD contra a votação do CDS, à exceção do Sr. António Sousa e do PS, à exceção do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Sr. João Costa, foi decisiva para que a freguesia se mantivesse com a sua identidade própria, com órgãos autárquicos próprios. Foi a votação do PSD na Assembleia Municipal, que impediu que S. Pedro de Castelões ficasse agregada a Macieira de Cambra, a Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, seu amigo Sr. Abel Soares, é hoje, Presidente desta freguesia, que também o viu nascer, de que gosta muito e a quem vai ser sempre fiel, porque o PSD esteve à altura das suas responsabilidades na sua defesa, no momento em que a freguesia precisou. Que o desculpem aqueles que gostariam que estivessem todos numa só freguesia. ---  
Isto foi possível, como disse, graças à votação do PSD e a todo o trabalho preparatório desenvolvido pelos Senhores Jorge Costa, Eng. José Bastos, Dr. Manuel Augusto Carvalho, João Costa e Vítor Tavares, entre outros, a quem, aqui, e para a história, fica o muito obrigado de todos.-----

Como foi dito na ocasião, esperam e desejam que o Tribunal Constitucional, proclame a inconstitucionalidade desta reorganização administrativa, para que as outras freguesias agregadas recuperem a sua autonomia, entretanto pode continuar a dar-se vivas a S. Pedro de Castelões, que é a forma como termina.  
Viva S. Pedro de Castelões! Vivam todos os Castelonenses! -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, agradeceu o acolhimento dado pela APDC e pelo Sr. António Neves, pois é um local onde se sente bem. -----

Em nome da bancada do PPD/PSD, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para saber qual a situação do Tribunal Judicial e quais as diligências

2014.02.26

que foram feitas junto da tutela do Ministério da Justiça. -----

A bancada do PSD, congratulou-se com a visita do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, inquirindo o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre uma resposta ao pedido de ajuda financeira que bem fez, ao Sr. Secretário de Estado.-  
Congratula-se ainda com o sucesso da empresa “Vicaima”, porque traz mais riqueza para Vale de Cambra e espelha a grandeza do tecido empresarial de Vale de Cambra. -----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que após as habituais saudações, referiu ser um prazer para si, estar na freguesia de São Pedro de Castelões, e achou bem a iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido das sessões se efetuarem de forma descentrada, indo ao encontro da população, permitindo assim uma maior afluência por parte das pessoas, para além de tomarem conhecimento das virtudes e dos problemas do concelho e de cada um dos valecambrenses. -----

Em relação às questões que lhe foram colocadas, pelo Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho e, relativamente ao Tribunal Judicial, objetivamente ainda não existe uma comunicação oficial do Ministério, relativamente ao desfecho da decisão da reorganização judicial. Houve por parte do executivo alguma iniciativa, desde reuniões em Lisboa na Ordem dos Advogados, em Vale de Cambra, com o representante da Ordem e com os Advogados do concelho, fizeram “demarche” junto da Comissão Parlamentar de Justiça, à quem foi pedido, um “forcing” no sentido de ajudar Vale de Cambra a não perder o 2.º Juízo do Tribunal Judicial, que é o que está aqui em causa, mas como sabem, este é um processo que já vem de trás, que foi herdado, que também não tinha muitos desfechos, também é do conhecimento publico, que foi um processo tratado de uma forma muito

2014.02.26

fechada, pouco aberto à Sociedade, não muito aberto aos Municípios, com algumas restrições ao nível daquilo que seria a participação dos Municípios, nessa decisão, e daí como tinha referido no início da intervenção, não haver ainda comunicação oficial da decisão da reorganização, mas existe por parte da Câmara Municipal, expectativas de que o Tribunal de Vale de Cambra se mantenha naturalmente aberto. Como também existiam preocupações naquilo que era a reorganização das Repartições de Finanças dos concelhos, sendo que, a esse respeito já há uma quase total garantia, de que a Repartição de Finanças de Vale de Cambra, se vai manter a funcionar nos moldes até aqui existentes. -----

Gostaria naturalmente de poder dar uma melhor noticia, mas vai ter de se aguardar mais algum tempo, até que seja feita essa comunicação oficial, pois como sabem têm sido veiculadas na comunicação social, algumas versões que não são coincidentes, daí existir naturalmente por parte do executivo alguma ponderação na análise que é feita. -----

Em relação à vinda do Sr. Secretário de Estado da Administração Interna a Vale de Cambra, foi feito um pedido formal, não tendo até ao momento, obtido resposta ao pedido formulado.-----

**No uso da palavra, o Dr. José António Abrantes Soares de Almeida**, interveio para dizer que o CDS saúda a população de S. Pedro de Castelões, na pessoa do Sr. Presidente, nesta presidência aberta, em que a Assembleia Municipal sai da sua sede natural e vai ao contacto da população. Naturalmente as palavras do Dr. Pina Marques, já ilustraram bem a grandeza desta freguesia, daquilo que é a sua história, o seu património material e imaterial, mas acima de tudo, é de seu entendimento, que a riqueza reside naquilo que é a população Castelonense. Agradeceu ainda à APDC, por ter disponibilizado a sua sede para a realização desta Assembleia Municipal. -----

2014.02.26

Referiu em nome da bancada do CDS, que têm constatado nos últimos tempos, algum ruído no exterior relativamente à atividade da Câmara Municipal, nada que não fosse expectável, principalmente quando há uma mudança de um ciclo político longo, mas o orçamento é um orçamento de contenção para preparação do futuro, por isso o trabalho vai ser construído a seu tempo, com seriedade e com honestidade.-----

Ainda em nome da bancada do CDS, deixa a completa solidariedade com a Câmara Municipal, nas pessoas do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores e também para com os funcionários do Município que têm dado o seu melhor em prol do concelho. Têm um projeto para cumprir, um projeto que foi vinculado com a população do concelho de Vale de Cambra, estando neste momento, a fazer o trabalho de campo, nomeadamente ao nível do aproveitamento dos fundos comunitários. Foi recentemente contratada com uma consultora, a preparação de toda a candidatura de Vale de Cambra aos novos Fundos Comunitários, a Dra. Cristina Azevedo, que é uma pessoa que conhece há alguns anos, e que é a pessoa indicada pela sua capacidade de trabalho, pelos seus conhecimentos, e pela sua dedicação. -----

Prometem para o futuro, a execução de um trabalho que seja útil e um trabalho que vá de encontro às necessidades da população valecambrense e que seja sempre feito na base de uma rigorosa avaliação do custo/benefício. -----

Têm um dever para com o povo do concelho de Vale de Cambra, que vão seguramente cumprir. A Vila que se fez Cidade, tem de se fazer ainda, uma cidade muito maior e que todo o concelho a acompanhe. -----

**No uso da palavra o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras**, em nome da bancada do PS, congratula-se por estar na sede da APDC, sentindo-se acarinhados e em casa. Espera que seja o início da descentralização, e, que mais

2014.02.26

iniciativas como estas, possam ocorrer noutras freguesias, nomeadamente do interior, que carecem de apoio e acompanhamento diário, para manifestar os seus problemas. -----

Nesse sentido, o Partido Socialista, congratula-se também com a publicação em Diário da República do Regulamento do Cartão Jovem Municipal, recorda que foi uma iniciativa da Juventude Socialista ainda no anterior executivo, liderado pelo PSD, espera que seja reaproveitado pelos jovens valecambrenses e que seja divulgado por parte da Câmara Municipal, que pensa ainda não ter sido feita e seria bom que o Regulamento fosse promovido e divulgado junto das mais variadas freguesias, por esta iniciativa que demorou algum tempo, mas que finalmente aconteceu. -----

Congratula-se ainda, com o facto de passados vários meses a Unidade de Cuidados Continuados estar quase a reabrir. Recorda que foi uma obra do Partido Socialista, do então governo Eng.º José Sócrates, apesar de outros partidos em campanha autárquica, tentarem puxar a si a iniciativa da realização da obra, todos sabem que foi uma obra do governo PS, e, que depois do espaço ter estado encerrado durante algum tempo, recorda também que já foi inaugurado. Em julho do ano passado, foi assinado um protocolo, tem havido formação por parte da Santa Casa da Misericórdia, para dar início ao funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados, esperando assim que finalmente ela reabra. Se todos puderem contribuir para que isso aconteça, nomeadamente a Câmara Municipal, através do seu executivo, pensa que isso será uma mais valia. -----

Em nome do Partido Socialista, pretende manifestar a sua opinião sobre algo, e, para responder ao Dr. José Soares, não entende muito bem o que foi falado sobre o ruído por a Câmara não estar a trabalhar, a única coisa da qual tem conhecimento é de que a Câmara sente a necessidade de uma Auditoria

2014.02.26

Financeira, o que parece que finalmente foi aprovada em reunião camarária de catorze de janeiro, através de um Ajuste Direto de cerca de oito mil euros, apesar do Sr. Vereador António Alberto ter afirmado que a dita auditoria até podia ser efetuada por pessoal interno do Município. Por isso não entende muito bem, porque o tal ruído se calhar vem de dentro, vem do CDS. -----

Dificuldades financeiras, se a Câmara Municipal de Vale de Cambra as tem, não são do seu conhecimento, não se sabe o valor da dívida, pelo menos é aquilo que transparece, não sabe muito bem qual é o projeto que a Câmara Municipal tem, por isso relativamente ao tal ruído sobre o qual se falou, o Partido Socialista não entende muito bem essa afirmação, porque se há ruído, alguém o está a fazer. ----

O Partido Socialista, pretende trabalhar com os meios que tem e dar continuidade ao projeto e às obras que vinham a ser executadas.-----

**Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para dizer que relativamente à intervenção do Sr. Eng.º João Lameiras no que diz respeito ao Cartão Jovem Municipal, naturalmente deu-se continuidade a um processo que já tinha sido iniciado e pode desde já dizer, que no dia treze de março, vai ser assinado o protocolo, com uma divulgação intensiva, atrever-se-ia até a dizer, mesmo a nível planetário, atendendo aos meios técnicos que vão ser utilizados, muito ligada e próxima dos jovens, em relação à promoção e divulgação, estejam completamente tranquilos. Vai também ser feita uma divulgação, com todos os jovens presentes do concelho nesse dia, trazendo-os à apresentação do Cartão Jovem Municipal. Pensa estarem reunidas, todas as condições para que esse Cartão venha a ser um sucesso. -----

Em relação à Unidade de Cuidados Continuados, (ressalvando o erro), em setembro de dois mil e treze, esteve em Vale de Cambra, o Sr. Secretário de Estado, a assinar um pré-acordo para a cedência das instalações. Uma vez que

2014.02.26

nessa altura, não estavam ainda reunidas as condições, para que o processo pudesse avançar. Deslocou-se também à Administração Regional de Saúde tendo-se reunido com o Sr. Diretor da ARS, Dr. Castanheira Nunes, onde o assunto foi abordado e onde lhe foi pedido expressamente, para junto do Governo, interceder no sentido de resolver o problema que estava pendente no Ministério das Finanças. Assim sendo, foi solicitado a Lisboa que desse uma ajuda, no sentido de que essa autorização fosse concedida, para que pudesse eventualmente, ser feita a cedência da Unidade à Santa Casa da Misericórdia. Havia no entanto uma questão que se prendia com o registo do espaço, que não estava feito, e que foi à posteriori executado. Naturalmente, estão empenhados e preocupados, mas essencialmente empenhados, em que a Unidade de Cuidados Continuados, seja uma realidade muito brevemente, por isso irão ser feitos todos os esforços e tudo o que estiver ao seu alcance, para junto do Governo ser feita uma ação de sensibilização, no sentido de que essa abertura seja o mais rápida possível.-----

Em relação à Auditoria Financeira, salvo falha de memória, acredita que o Sr. Vereador António Alberto, nunca disse tal coisa, nem seria lógico que o dissesse, porque uma Auditoria deve ser feita por uma entidade isenta, externa, até para salvaguardar os próprios funcionários, colaboradores e a parte política, sendo prática corrente em muitas instituições, o recorrer a Auditores externos, no sentido de validarem aquilo que foram os atos financeiros ou de gestão da entidade em causa. -----

Em relação à afirmação feita pelo Sr. Eng.º João Lameiras, de que não há projeto, aproveita para recordar que se está no final de um ciclo de um Programa Comunitário e se estiver atento àquilo que têm sido as notícias veiculadas na comunicação social, neste momento está em discussão, aquilo que é o Portugal



2014.02.26

20-20, o novo programa que levará Portugal até dois mil e vinte, se forem naturalmente cumpridos os prazos. Não tem sido consensual, quer nas instâncias Nacionais, quer nas instâncias Europeias, aquilo que se entende por “gavetas”, que são os programas operacionais, que vão alojar determinado tipo de investimento. Neste momento em Portugal, na região Norte, nomeadamente no seio da Área Metropolitana do Porto e na CCDR-N, ainda se está a discutir essa questão. Está na sua globalidade feita a definição, está na sua globalidade definido aquilo que vão ser os Programas Operacionais, mas ainda há algumas questões, naquilo que são as necessidades que foram manifestadas por Portugal nomeadamente pela Região Norte, no que diz respeito à questão das acessibilidades, e, há por outro lado uma obstaculização feroz diria mesmo, por parte da União Europeia no sentido de não permitir que essas gavetas possam alojar esse tipo de investimentos. Ainda estamos nessa fase e como deve compreender o projeto concelhio supra municipal ou regional, tem que assentar e ser consubstanciado, numa lógica e numa estratégia coletiva. Também vamos ter outra questão que é fundamental e que é importante que se diga, cada vez mais vai haver a lógica supra municipal, ou seja os grandes projetos estruturantes são projetos de índole supra municipal, não adianta pensar-se na “obrinha pequenina” porque dificilmente se vai conseguir encaixar essa “obrinha pequenina”, num programa comunitário. Por isso neste momento o executivo está a preparar um trabalho de base, em articulação, Câmara – Associação de Municípios e depois Área Metropolitana, havendo já uma cadeia de compromisso que foi assumida, no sentido de se conseguir encaixar o projeto de Vale de Cambra, no projeto da Associação de Municípios que depois por sua vez, encaixará no projeto da Área Metropolitana.-----

Pensa que este será o projeto, que será articulado e ajustado em função das

2014.02.26

gavetas que vierem a ser aprovadas, porque de outra forma não poderia ser e não teria lógica. -----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para referir que o Período de Antes da Ordem do Dia, é um período com a duração de sessenta minutos, apelando ao poder de síntese dos vários intervenientes, pois é de seu entendimento que se deve ser disciplinado nesta matéria, pois trata-se de um processo de aprendizagem e gostaria de facto de cumprir, nomeadamente os tempos. -----

**Usou novamente da palavra o Sr. Eng.º João Lameiras, membro da bancada do PS**, para dizer que fica contente pelas palavras que acaba de ouvir do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e, tendo em conta aquilo que acabou de afirmar, pergunta para quando está prevista a tal auditoria, que muito tem impedido a Gestão Camarária, porque o que se tem ouvido do Sr. Presidente, é que não há dinheiro, a Câmara não se consegue gerir porque a dívida é muito elevada e não há dinheiro. -----

Ao afirmar isto, é completamente contra aquilo que acabou de falar agora, que é dizer que os projetos são de grande dimensão, que está à espera do novo Quadro Comunitário, que está à espera de estudos, que está a realizar estudos e que contratou estudos, isto é completamente o oposto daquilo que tem afirmado até agora. Por isso, se esse estudo existe e se é importante para o seu projeto, realmente vê isso com bons olhos, mas não é isso que o Sr. Presidente tem dito e aquilo que todos pretendem é que o Sr. Presidente não pense num projeto a vinte anos como afirmou no Centro Cultural de Macieira de Cambra, naquele debate, porque é bom que sejam verdadeiros, mesmo que o Sr. Presidente se candidate nos próximos dois mandatos e ganhe as eleições, nessa suposição, o máximo que estará à frente da Câmara serão doze anos, por isso não pode ter um projeto

2014.02.26

para vinte anos, sejam francos vão ter um projeto um ano para Vale de Cambra e apresenta-se aquilo que se pretende fazer durante este ano, tendo em conta tal como o Sr. Presidente tem vindo a manifestar ao longo dos últimos meses, que a dívida o incapacita de fazer mais trabalho, sendo assim, aquilo que acabou de afirmar agora, é um contra-senso, porque o que o Sr. Presidente está a falar daquilo que vão ser os próximos oito anos, e não é isso que se pretende, mas sim à data de hoje. Recorda o Sr. Presidente da Câmara, que durante o debate, afirmou, que tinha um projeto para vinte anos, quando há freguesias deste concelho, que não têm iluminação pública, ou que é deficiente, que a maioria das freguesias não têm saneamento nem abastecimento de água, esses realmente é que deviam ser os projetos importantes e que devem e interessam à população de Vale de Cambra, não esses tais mega projetos que o Sr. Presidente acabou de mencionar, que não faz ideia do que sejam, nem de que tratam, tendo em conta, que vem aí o novo Quadro Comunitário, por isso, espera que a auditoria seja célere, que não seja um entrave ao trabalho do executivo e que não o impeça de desenvolver Vale de Cambra, porque o que todos os valecambrenses pretendem, é que se traga o desenvolvimento para esta terra e que não se atrase relativamente aos outros Municípios circundantes.-----

**Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para dizer que naturalmente não gosta de entrar em diálogo, mas pensa que talvez se tenha exprimido mal ou foi mal entendido. Disse coisas completamente diferentes, daquela que foi a interpretação feita pelo Sr. Eng.º João Lameiras. Disse que estava a ser efetuada uma auditoria e que esta irá avaliar aquilo que é a real situação do Município, e, tem dito e reafirma que a situação financeira é muito má, que impede de fazer obra, de lançar obra, inclusivamente a maior parte das pessoas sabe que há uma obra que estava candidatada que é a Requalificação da Avenida Camilo Tavares

2014.02.26

de Matos, que ainda não foi lançada, porque há uma coisa que tem de ser feita obrigatoriamente, que é a existência de fundos disponíveis e quando esta situação não está salvaguardada, não se pode fazer obra. Quando existem compromissos assumidos têm que ser honrados. Nestes primeiros tempos, só em dívidas de curtíssimo prazo, foram pagos dois milhões e setecentos mil euros, naturalmente que ao estar a pagar as dívidas que foram herdadas, não é possível fazer obra, mas não é possível deixar de as pagar. Pensa que isto está claro e que todas as pessoas entendem isso. -----

Em relação aquilo que é o projeto a vinte anos, naturalmente que vinte anos pode ser considerado uma força de expressão, mas um concelho tem a sua história e muitas das coisas que gostaria de fazer em quatro anos, não se consegue fazer em oito, em doze ou até em vinte. Quando se fala num projeto, não se fala de um projeto pessoal, é do concelho e para o concelho independentemente dos seus atores, entende que um concelho deve ter um projeto, um objetivo e uma meta a atingir. Pode haver uma meta para dignificar e melhorar as condições à Indústria, uma meta para melhorar e criar condições para o Turismo, uma meta para melhorar e criar condições para que as pessoas se possam fixar em Vale de Cambra. Isto são projetos, objetivos de vida, a vinte a trinta anos. Não é crime nenhum pensar-se dessa forma.-----

Por outro lado, também é bom referir, que em cerca de três meses de mandato, ainda não houve tempo para resolver os problemas de saneamento e do abastecimento de água do concelho, também tem havido chuva intensa, que provocou milhares de euros de prejuízo no concelho. Terá de se arranjar dinheiro para resolver este problema.-----

Ainda ontem os funcionários estavam a tentar restabelecer a ligação de uma via Municipal que tinha derrocado, por volta das dezoito horas, quando foi chamado e

2014.02.26

juntamente com o Sr. Vereador deslocaram-se ao local, pois entretanto uma máquina propriedade do Município tinha ardido, mais um choque, nas já débeis capacidades financeiras. -----

Por isso não peçam, para que em três meses se resolvam todos os problemas que o Município tem. Naturalmente o concelho não tem só problemas, o Sr. Professor Pina Marques, elencou aqui uma série de obras existentes, que são naturalmente uma mais valia para o concelho. Isto é um processo dinâmico, que se constrói, que se vai fazendo. Não será de bom tom exigir que em três meses se consiga pagar dívida e fazer obra, quando o próprio Governo corta de forma drástica meios financeiros, para se poder satisfazer as necessidades da população.-----

Entende que neste local é mais importante falar sobre o concelho, sobre as necessidades da população valecambrense e não de política, mas faz questão de recordar ao Sr. Eng.º João Lameiras, que o Governo do seu partido, lançou uma obra megalómana em Vale de Cambra, e já lá vão muitos anos e ainda não está pronta.-----

**Interveio o Sr. Dr. José Soares**, para dizer que lhe parece haver aqui duas perspetivas diferentes e que a Câmara Municipal tem de as encarar de frente, uma é a gestão de curto prazo, aquilo que é quase a gestão de tesouraria e outra que tem de existir, que é a gestão de longo prazo. Qualquer entidade tem de ter uma missão, uma visão e desenvolver posteriormente estratégias para as conseguir. O concelho de Vale de Cambra, hoje não teria a baixa taxa de desemprego, alguma prosperidade económica no meio, se não tivesse entidades públicas e privadas que perspetivaram uma visão de futuro e que naturalmente foram construindo se calhar, numa gestão à vista, mas sempre numa perspetiva de ir mais longe.-----

2014.02.26

A Auditoria que está a ser efetuada, vai permitir dar uma fotografia, de qual é a verdadeira situação financeira da Câmara Municipal, podendo haver de facto dívidas concretas e outras que são contingentes, o que só uma auditoria poderá avaliar. Qual o grau de risco de uma determinada situação se transformar num compromisso, numa responsabilidade e numa primeira fase, fazer uma gestão de contenção numa perspetiva de futuro, ter assim alguma visão. -----

Dentro do que tem sido anunciado, daquilo que será o próximo quadro de apoio, irão ser privilegiados os grandes projetos, projetos de longo prazo, não quer dizer que sejam megalómanos, nem que tenham que se fazer grandes investimentos, mas vão ter que ser projetos bem estruturados, é necessário saber aquilo que se quer, não será dentro de vinte anos, mas pode ser daqui a dez ou cinco anos, e os vários caminhos que têm de ser trilhados para lá chegar. -----

A Câmara Municipal, vai ter sempre uma gestão da sua tesouraria, a vários meses, que terá de existir sempre, senão o concelho não vai ter sucesso e não será mais próximo se não se pensar a longo prazo. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e deu início ao Período da Ordem do Dia.-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2013:**

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se algum dos membros da Assembleia Municipal tinha alguma correção a fazer à presente ata, tendo seguidamente concedido a palavra ao **Sr. Eng.º Afonso Almeida**, que começou por cumprimentar toda a gente presente e agradecer à APDC pela excelente receção.-----

Começou por questionar a mesa da Assembleia Municipal, da legalidade dos membros eleitos neste mandato, votarem uma ata do mandato anterior. -----

2014.02.26

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra** para responder que entende a dúvida colocada, mas que se encontra na mesma situação, pois nada tem a ver com o mandato anterior, não participou nem esteve presente nas sessões em causa, assim como vários membros que aqui se encontram pela primeira vez, e que por isso se irá abster.-----

**Usou novamente da palavra o Sr. Eng.º Afonso Almeida,** para referir que tem algumas dúvidas em relação a esta matéria, e estaria na qualidade de infrator, por isso entendeu colocar esta questão antes de proceder à votação.-----

**Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** para dizer que em virtude da opinião dos Juristas presentes, ser no sentido de só os membros que fizeram parte do mandato anterior poderem votar, assim se irá proceder.-----

**Usando novamente da palavra, O Sr. Eng.º Afonso Almeida,** reportou-se à segunda ata que será posta a votação, que diz respeito ao Parque Subterrâneo da cidade, uma vez que foi nessa sessão da Assembleia Municipal que foi aprovado por maioria a aquisição da exploração do referido Parque, gostaria de colocar uma questão, tendo sido interrompido pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para referir que o que está aqui em causa, é exclusivamente a votação da ata.-----

**Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques,** para dizer que efetivamente no que é substancial a minuta desta ata, já foi aprovada e já produziu todos os efeitos para os quais esta sessão se realizou, agora é de facto a formalização da aprovação da ata para encerramento do quadriénio 2009-2013. Foi expressa a opinião de pessoas da bancada do PSD e pela Vereadora presente Sra. Dra. Elisabete Rocha, que os elementos que não faziam parte da anterior legislatura, teriam que se ausentar da sala e por consequência não haveria quórum para a votação da ata. -----

2014.02.26

Foi este ponto retirado de apreciação pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, para recolha de parecer.-----

## **2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 26 DE JULHO**

**DE 2013:** Foi este ponto retirado de apreciação pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, para recolha de parecer.-----

## **3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE NOVEMBRO DE**

**2013:** Usou da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para saber se alguém tinha alguma correção a fazer à presente ata.-----

**Interveio o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro**, para fazer umas pequenas correções nas suas intervenções.-----

**Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques**, para referir que a propósito deste ponto, gostaria se possível que ficasse o registo da colaboração prestada da bancada do PSD, à Mesa da Assembleia na condução dos trabalhos, ao alertar para a necessidade da aprovação da minuta da ata da sessão, porque a sua não aprovação, iria certamente provocar a realização de uma sessão extraordinária, com todos os transtornos e custos inerentes. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, aceita o pedido da bancada do PSD, apesar de tal não constar da gravação.-----

Posta a votação a ata da sessão ordinária de vinte de novembro de dois mil e treze e depois de efetuadas as devidas correções, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a respetiva ata, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes.-----

## **4. APRECIÇÃO DO REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE MANDATO DO**

**DR. ANTÓNIO PAULO SOARES BARBOSA:** Presente para apreciação, o requerimento do membro da Assembleia Municipal Dr. António Paulo Soares Barbosa, a solicitar a suspensão do seu mandato neste quadriénio 2013-2017,



pelo período de 360 dias, ao abrigo do disposto no artigo número 77º da Lei número 169/99, de 18 de setembro. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o pedido de suspensão do mandato do Dr. António Paulo Soares Barbosa por um período de 360 dias, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes.-----

**5. TOMADA DE POSSE DO DR. CARLOS ALBERTO DE SOUSA MATOS, NA SEQUÊNCIA DA SUSPENSÃO DE MANDATO DO DR. ANTÓNIO PAULO SOARES BARBOSA:**

**SOARES BARBOSA:** Nos termos do disposto no número um do artigo 79.º da Lei número 169/99, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2009, de onze de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi verificada a identidade e legitimidade do senhor **Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos**, eleito pela lista do PPD/PSD, o qual tomou posse perante o Órgão, conforme registado no respetivo Auto de tomada de posse, que se apensa à ata da sessão para os devidos e legais efeitos.-----

**6. APROVAÇÃO DE NOVO REGIMENTO PARA O QUADRIÉNIO DE 2013-2017:**

Presente proposta de um novo Regimento para o quadriénio de 2013-2017. -----

**No uso da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, explicou que em virtude da recente alteração à legislação, houve necessidade de se proceder à elaboração de um novo regimento para acompanhar os trabalhos da Assembleia, e decidiu convocar para uma reunião, os líderes das bancadas do PSD e do PS, para analisarem o referido documento. Contaram com a colaboração do gabinete jurídico da Câmara Municipal, a quem foi pedido um estudo para a adaptação do regimento à nova legislação, além de uma minuta enviada pela Associação de Municípios Portugueses. Este Regimento plasma fundamentalmente as leis em vigor, e o trabalho que foi efetuado, foi no sentido de analisar alguns aspetos políticos, ou alguns problemas que poderiam ser levantados com este regimento,

e fundamentalmente, debruçaram-se sobre os tempos das intervenções e os tempos que disciplinavam a condução das sessões da Assembleia. Dois ou três aspetos importantes, logo à partida, o primeiro prende-se com a inversão no que diz respeito ao artigo número três, em que dá prioridade aos aspetos económicos, em detrimento dos outros aspetos. Foi detetada uma situação, da qual deu conhecimento de imediato aos seus colegas e que se prende com a convocação das sessões extraordinárias. Nesse particular, julga que há uma incongruência a nível legislativo, tendo alertado para esse fato, para clarificação das coisas, e para que se perceba que não há segundas intenções na construção do regimento e que se prende com os tempos lá expostos, ou seja quem estiver no poder, pode a solicitação do aditamento de um ponto à ordem de trabalho, pode ser manipulada pela parte legislativa, neste caso pelo Presidente da Assembleia Municipal. Isso foi dito de uma forma clara, foi a sua interpretação, chamou a atenção para esse ponto, pois entendeu que era a única situação que politicamente poderia levantar alguns problemas e como não tem reservas políticas relativamente a ninguém e está a ocupar este cargo fundamentalmente para servir Vale de Cambra, chamou a atenção para este ponto. Todo o resto foi discutido, inclusivamente os tempos, que podem concordar ou não, de resto foi plasmar a legislação no Regimento. Pelo seu lado conjuntamente com o Dr. José Soares, que não esteve presente na reunião, mas a quem foi pedida uma revista da nova proposta do documento, não levantam qualquer tipo de problema, e gostava de saber se por parte das bancadas dos outros partidos, uma vez que até à data ninguém lhe comunicou se a sua posição será outra, abriu então aqui o debate para o caso de alguém pretender usar da palavra. -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro**, interveio para referir que relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal, os incidentes, entre comas,

2014.02.26

que ocorreram hoje, denunciam à evidência ou demonstram à sociedade, a necessidade de um novo Regulamento, bem entrosado, bem sistematizado, bem feito. Não pretende, com isto, dizer de maneira alguma, que o projeto do documento posto à apreciação desta Assembleia, esteja mal elaborado, até porque não lhe foi possível estudá-lo com exatidão, por uma razão muito simples, e embora não seja uma crítica, uma vez que está em conformidade com as normas, mas o que é facto é que o prazo do recebimento da convocatória e respetivos documentos e a realização da sessão da Assembleia Municipal não é suficiente para analisar um documento desta natureza. Por isso não vai fazer apreciações, artigo a artigo, norma a norma. É evidente que quando há legislação, que é a “constituição” relativamente ao Regimento, quando há legislação nova, há que adaptar o novo Regimento à nova lei. Acontece porém, como sabem, que a legislação tem normas que atribuem algum poder discricionário ou todo o poder discricionário e há normas que são imperativas e a vinculação neste caso, é só às normas imperativas, que são aquelas que têm de ser exatamente assim, não pode ser de outro modo. Numa leitura na diagonal à legislação que está na “genesis” deste novo Regimento, não detetou normas imperativas, isto para dizer que no resto, era de facto um amplo poder discricionário. Pelo pouco que leu do Regimento, e agradece às pessoas que tiveram todo este trabalho, que foi feito com esforço, não é criticar só por criticar, não é isso que está em causa e reitera a afirmação que fez há pouco, mas parece-lhe que se está a particularizar em demasia, especificar em demasia determinados pontos, o que retira longevidade à lei, aliás ao Regimento. Está a falar-se de uma coisa, que é a disciplina da nossa casa, isso é importantíssimo. Para que não haja dúvidas, quanto mais ampla e indeterminada for a norma, mais facilmente se regulamenta muitas situações, simplifica a vida, claro que também

2014.02.26

dá azo a interpretações diversas, mas isso é da natureza das coisas. Posto isto, chamou a atenção para a composição da Assembleia Municipal, onde especifica o número de membros e o número de Presidentes de Junta de Freguesia. Isto é para o espaço de quatro anos no mínimo, pode muito bem acontecer que esgotados estes quatro anos o Regimento subsista. Relativamente à composição da Assembleia, dizer que são vinte e um elementos e mais sete Presidentes de Junta, é como falar de uma realidade estática, o que não é o caso. Não se sabe quando vai aparecer novamente alguém com uma proposta de nova organização, administrativa a cortar mais freguesias ou então a criar mais freguesias, o que pode acontecer no espaço destes quatro anos, o que significa que tem de se pensar nesta norma e noutras. Recuperando aquilo que foi dito com oportunidade e com justiça pelo Sr. Dr. Pina Marques, ainda não é sabido, não há Acórdão do Tribunal Constitucional, relativamente à legislação ao abrigo da qual foi feita a redução de freguesias. A bancada do PSD, tem expectativas de que venha a ser declarada essa inconstitucionalidade a propósito desta norma e tem toda a legitimidade, porque foi o PSD como disse o Dr. Pina Marques, que juntamente com outros, mais pugnou para que o número de freguesias não fosse reduzido. Posto isto, a bancada do PSD, propõe formalmente que seja constituída uma comissão para, no sentido de aproveitar aquilo que está no Regimento, fazer eventuais alterações, para que se possa produzir um instrumento que seja conveniente e que não dê ensejo a situações que muitas vezes decorrem e ocorrem. Poderá falar-se num problema de prazos, mas assim não o entende, uma vez que a legislação não menciona prazos, para que o novo Regimento entre em vigor, o que significa que neste momento existe um instrumento que preenche essa hipotética lacuna, que é o Regimento que à data está em vigor e pode perfeitamente servir, desde que, não contrarie eventuais normas de carácter

2014.02.26

imperativo que, a existirem, então, tem de haver uma adaptação, nomeadamente no campo do procedimento normal. Posto isto, propõe que seja constituída uma comissão. O ideal e caso seja aceite, seria já ficar hoje essa comissão constituída, embora entenda que provavelmente não seja possível, mas as várias bancadas com representação nesta Assembleia Municipal, poderiam indicar as pessoas que irão compor essa comissão. Fica aqui a proposta, apenas com o objetivo e tendo em conta que é necessário produzir um documento, que não depreciando aquele que está feito, entende que há sempre coisas a acrescentar e a melhorar. -----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para chamar a atenção para dois ou três aspetos, realçando que este documento (Regimento), foi distribuído atempadamente aos representantes das bancadas. Quando se entrega um documento com tempo, choca-o um bocado a atitude, de que alguém possa vir dizer que sabe, que não sabe, acredita evidentemente, que tudo é possível, mas, uma vez que houve tempo, houve trabalho feito, houve tempo para as pessoas se pronunciarem, só pretende fazer um reparo que é, no fundo não fazer bem à primeira, e não está habituado com a sua experiência profissional, a condescender com situações que não são feitas bem à primeira, e isto serve-lhe de lição, relativamente ao comportamento e quem acompanha.-----

Esta era a referência que pretendia clarificada neste momento. Não está habituado a não fazer bem à primeira, e, faz tudo, para que as coisas sejam feitas bem à primeira, porque Vale de Cambra não tem tempo a perder e no que estiver ao seu alcance, para bem do concelho, fá-lo-á.-----

**Usou da palavra o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro**, para dizer que reconhece que da sua parte, infelizmente, nem tudo aquilo que faz à primeira vez, seja bem feito. Tem idade suficiente para entender que não há nenhum trabalho que seja perfeito

2014.02.26

e sabe que não tem essa capacidade, nunca teve e nunca terá, não tem quaisquer dúvidas acerca disso. -----

Relativamente àquilo que foi mencionado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de ter tido ou não conhecimento, com o devido tempo, está habituado a assumir a responsabilidade por aquilo que diz e teve conhecimento do projeto do Regimento, é um projeto para ser submetido a deliberação e desde logo a palavra projeto significa que é suscetível de retificações, senão não era um projeto. Cabe aos membros da Assembleia Municipal, não só deliberar, mas também colaborar, fazer mais alguma coisa, além de votar a favor ou votar contra. Teve conhecimento do documento já referido, quando recebeu a convocatória para esta sessão da Assembleia, que foi há cerca de oito dias. Embora compreenda, não aceita o facto do Sr. Presidente da Assembleia estar a pretender dizer, que isto não corresponde à realidade. Assume por inteiro tudo aquilo que diz. -----

**Usou da palavra o Dr. José Soares**, para dizer que tem um pensamento contrário ao do Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro, porque pensa que a lei neste aspeto é muito imperativa, e, inclusivamente neste Regimento, como na generalidade de outros Regimentos até do passado, muitas das normas e das cláusulas que contém, não são mais que a transcrição da lei geral. Normalmente e por principio, quer seja em Regulamentos deste género (públicos), quer seja na atividade privada, estatutos de empresas, estatutos de associações, etc., muitas vezes condena aquilo que é uma transcrição para esses Regulamentos, um conjunto de coisas que são imperativas da lei geral, pensa que muitas vezes, e aqui pede desculpa, são os advogados que pretendem justificar mais trabalho e que tornam as coisas mais complexas do que é necessário, e, por isso defende que muitas vezes, o documento deve ter o essencial e não o que está na lei geral. Entende que o tempo para analisar o Regimento foi suficiente, pois primeiramente foi

2014.02.26

distribuído a todos os líderes de bancada, e, naturalmente as pessoas que o receberam tiveram a oportunidade de consultar todos os membros da sua bancada e de lhes dar conhecimento deste projeto, e, em segundo lugar, a distribuição que foi feita aos membros desta Assembleia, ainda foi muito a tempo. Entende que vai haver no futuro, como já houve no passado muitos assuntos, que pela sua importância e pela sua relevância, aqui têm de ser discutidos e decididos, com uma grande importância para o concelho, que poderão determinar o seu futuro em grande parte, que serão muito mais importantes que este documento e que vão ter de ser estudados em muito menos tempo. Como já aconteceu no passado, por exemplo com toda a documentação inerente à concessão das Águas, do Parque Subterrâneo e outros projetos muito importantes, e que as pessoas tiveram que os estudar em muito menos tempo, vai ter que ser assim no futuro.-----

Este Regimento naturalmente, é algo que poderá vir a ser ajustado, se o número de freguesias vier a ser alterado, pensa que isso se ajusta com muita facilidade. Por isso não vê de facto grande preocupação em aprovar hoje este Regimento.----

**Usou da palavra o Eng.º Afonso Almeida**, para dizer que foi um dos elementos convidados atempadamente no seu entender, e, se melhor não fez, foi porque não sabia, e pede desculpa ao Dr. Reinaldo, mas entende que houve tempo e se dentro de cada partido não houve a articulação devida essa é outra questão. Efetivamente a proposta do Regimento foi-lhe entregue com cerca de um mês de antecedência. Tem presente o Regimento anterior, que leu e fez uma série de anotações, que em seu entender deviam ser corrigidas. Entretanto a reunião com os líderes das bancadas decorreu na presença da Jurista, e, não obstante isso, ainda foram feitas algumas anotações para que se procedesse a uma consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses, no sentido de colmatar algumas

2014.02.26

lacunas. Tem consciência que, e, contrariando o sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal, não tem a sorte de fazer tudo bem à primeira vez, mas a verdade é que, em relação a esta proposta de Regimento, houve empenho, houve tempo e foi tentado envolver pessoas capazes no sentido de uma resolução e por isso sujeita-se aquilo que entenderem.-----

**Usando da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, que interveio para dizer que, uma vez que o seu nome tinha sido referido, e que toda a gente tinha percebido do que se trata, acha que está muito claro na cabeça de toda a gente e não gosta de perder tempo com coisas. Quando referiu que gosta de fazer tudo bem à primeira, é que realmente e pegando nas palavras que o Eng.º Afonso disse, isto foi tudo feito, seguindo todos os passos todos com os tempos devidos, para que as coisas corressem bem à primeira. Evidentemente que toda a gente sabe que qualquer pessoa, pois não é daquelas pessoas que raramente se engana e raramente tem dúvidas, como se costuma dizer, ainda não chegou a esse estágio, mas aquilo com que se preocupa e que a sua experiência lhe dá, é de fazer as coisas convenientemente e com o tempo suficiente para que fiquem bem à primeira. E daí, quer que fique lavrado em ata todas as palavras que hoje proferiu. -----

**Usou novamente da palavra o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro**, para dizer que promete não voltar a falar sobre isto, no entanto há três ou quatro pontos que pretende referir:-----

Primeiro, ultrapassar este lamentável incidente, ao fim e ao cabo isto faz parte da vida e naturalmente que fique tudo registado quanto ao que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse, e também aquilo que ele próprio disse obviamente. --  
Tentando ser sintético, referiu o seguinte: primeiro, está-se ou não perante um



2014.02.26

projeto? Os projetos devem ou não devem ser apreciados? Devem. Qual é o local próprio? A Assembleia Municipal.-----

Existe algum problema com a premência de ter um Regimento novo rapidamente?

É uma questão que coloca. Há necessidade? Não há comissões na Assembleia?

Não existiram sempre comissões na Assembleia para tratar de assuntos específicos? Qual é o problema, qual é o pecado da apresentação de uma proposta destas? A intenção foi a melhor, não houve intenção nenhuma e as

peessoas compreendem, têm de compreender que o que se está aqui a tentar é fazer uma coisa ainda melhor do que o que está feito se possível. Não sabe, se

as normas são imperativas (aqui dirigiu-se ao Dr. José Soares), se calhar não será tanto assim, senão é uma reposição do que está na lei e nisso serão pouco

ambiciosos, querer que as coisas andem de qualquer maneira. -----

Em segundo lugar, não vê de facto, estar aqui a falar-se de uma coisa perfeitamente acessória. Não. É nuclear. Isto dizer que houve tempo, disse que

não teve tempo, repete, porque, e responsabiliza-se por aquilo que diz agora e sempre, recebeu esse texto quando recebeu a notificação, foram para aí oito dias,

não está aqui com subterfúgios. Foi assim, pessoalmente não teve tempo, não sabe o que aconteceu, admite, agora está-se aqui a perder tempo a falar, mas

houve tempo não houve tempo, isto é muito aleatório, é muito subjetivo, porque essas coisas demoram o seu tempo, para saírem bem, de maneira que por si este

incidente da sua parte finalizou e não tem mais nada a dizer. -----

**Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho**, para dizer que de facto

teve o amável convite do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para reunir sobre esta proposta de Regimento que está a causar tanta celeuma. Nessa

reunião a única coisa com que tiveram a preocupação de ver foi a parte da legislação que tinha que ser alterada, porque em termos políticos, entenderam os

2014.02.26

três, que as coisas estavam relativamente bem, não havia alterações de fundo. A única dúvida que tiveram e que já foi aqui bem esplanada pelo Sr. Presidente da Assembleia, tinha a ver com aquilo a que chamaram lapsos, relativamente a tempos, nomeadamente, naquela questão que tem a ver com as sessões extraordinárias e ordinárias, em que de um lado aparecem oito dias e depois a seguir aparecem cinco dias trocados, houve aqui algumas questões que tiveram de ser feitas, na altura queriam que isso fosse esclarecido. Agora e depois de contarem esta história, a bancada do PSD, tentou fazer a preparação desta Assembleia e fizeram-na, de facto não foi muito no início da convocatória, foi na data possível e houve questões jurídicas às quais não pode responder, uma vez que não é jurista, é evidente, que aqui se levantou a questão de serem aprofundadas e é apenas nesse sentido que julga e tem a certeza que o Dr. Reinaldo apresentou a questão no sentido de aprofundar estas questões. Agora, não pretende aqui falar em nome de ninguém, até porque o Dr. Reinaldo Pinheiro se responsabilizou pelo que disse e pelo que fez. De qualquer forma quer dizer que também o faz, aliás todos o fazem e que se isso criar situações mais complexas, julga que todos podem criar aqui, um entendimento de forma a ultrapassar a questão, para que hoje, ou o mais rapidamente, saiam deste impasse sem que haja aqui nenhum tipo de contradição, sobretudo pessoal ou partidária, não é isso que estão aqui a fazer. Não têm nenhum sentido partidário nas suas questões. Se o Dr. Reinaldo entender, resolvem a questão hoje, porque a Assembleia está reunida para este efeito e existe uma mesa absolutamente acessível a tudo aquilo que todos podem decidir. De maneira que até se atreve a dar a palavra ao Dr. Reinaldo Pinheiro e ultrapassar esta questão.-----

**Usou novamente da palavra o Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro**, para referir que não houve intenção de criar qualquer facto, pode o Sr. Presidente da Assembleia

2014.02.26

Municipal acreditar nisso, não é esse tipo de pessoa, não é o momento oportuno. Houve aqui, qualquer coisa que falhou e quer que o entenda que não tem qualquer dificuldade, em retirar a proposta, para que isto não constitua um entrave. Agora votará de acordo com a sua consciência. -----

**Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques**, para dizer que saúda a prestação do Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro, que sendo a primeira vez que participa numa sessão da Assembleia Municipal, como membro eleito, mostra o seu empenho, participa com o intuito e o interesse de ajudar de colaborar, no melhor, para que aquilo que se produz na Assembleia, seja o melhor, tenha melhor qualidade. A exemplo de alguns casos, que o Sr. Dr. Reinaldo, aqui já apontou, só pedia um esclarecimento ao Sr. Presidente da Assembleia, que era saber por exemplo, se o artigo dezasseis número três alínea a) e b), se é isso mesmo que quer dizer ou atendendo ao articulado no artigo décimo quinto, não estarão invertidos os dias a que se refere, quando toca a cinco dias úteis para apresentação de algum assunto no caso de sessões ordinárias, e oito dias no caso das sessões extraordinárias, quando é inverso o período de convocação. ----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para dizer que vai responder novamente, porque já o tinha feito, provavelmente vai ter que passar a trazer lápis de cor, pois foi precisamente esse aspeto, que achou que poderia levantar um problema político e pôs ao corrente, os seus parceiros, ou seja ao fazer o trabalho de casa, deu-se conta que isso lhe levantava um problema político, e levou a questão aos seus parceiros. Chamou a atenção para a situação que poderá levantar um problema político, uma vez que hoje está o CDS no poder, amanhã estará outra força qualquer, foram as palavras taxativas por si utilizadas, e como eram os representantes dos três partidos que se encontravam ali reunidos, achou que se deviam entender quanto a esta matéria. Aquilo que

2014.02.26

acharam e a interpretação que fizeram no local, foi precisamente a interpretação que o Dr. Pina Marques aqui levantou, ou seja que poderia haver inversão. Foi um dos pontos que ficou para ser esclarecido. A Dra. Isabel ia ter uma reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e, pediu-lhe expressamente que analisasse essa situação e que desse conta do que se passa.-----

E, começou precisamente a sua intervenção, ao dizer e ao focar esse ponto, porque entende que era o ponto que tinha carga política, e este ponto é uma parte de carga política, em que ela informou que a resposta que lhe tinha sido dada, era um problema com a legislação. Está assim na lei, portanto, sinceramente não é jurista, mas acha que não tem força suficiente para ir falar com ninguém para mudar a lei. Isso é taxativo, porque depois disso está aí, presume que uma coisa que foi pedida à Marta, foi que incluísse os anexos. Está taxativamente escrito o que vem na lei, e, portanto isso resulta fundamentalmente da lei. Era acima de tudo, para não se perder tempo com situações, em que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, já tinha trabalhado, (aqui o Dr. Pina Marques interrompeu, para pedir desculpa e dizer que não tinha apanhado a parte inicial da explicação que tinha dado, e, por isso não tinha feito o encadeamento da situação). É de seu entendimento que esta situação do Regimento pode ser revista pela Assembleia Municipal, em qualquer momento. Começar agora a criar Comissões por situações destas, acha que realmente o tempo começa a sobrecarregar muito todas as pessoas, além dos custos, porque ninguém é obrigado a ir para uma Comissão se não for remunerado. Mas não é apologista de se resolverem por baixo as situações. Acha que se deve pagar e acha que aquilo que dignifica o Município deve ser pago. Não é minimalista nestas coisas, não alinha nisso, naquilo que muitas vezes caracteriza, que é o facto de andar sempre a chorar e aquele espírito miserabilista, que muitas vezes por aí existe.

2014.02.26

Acha que quando se faz um trabalho deve ser-se pago, o que tem de ser pedido é qualidade naquilo que se faz. Portanto, aprecia e compreende perfeitamente a intervenção do Dr. Reinaldo, evidentemente que, e aqui pede desculpa, porque também é muito impulsivo, vai ter enquanto Presidente, que se moderar um pouco, mas realmente vem de uma formação, em que acha que Vale de Cambra tem assuntos muito mais importantes a serem tratados, do que estes aspetos e acha que aqui, tiveram o cuidado de fazer o pré-lipo todo, ou seja, dar os tempos, perguntar às pessoas se havia problemas de comunicação com as bancadas, é que isto depois levanta um problema de conduta para o futuro. Não está só em causa o que está aqui, começa a não saber o que vai fazer quando tiver que falar com a bancada do PSD, senão a determinado momento tem que ligar a todos, se toda a gente recebeu, se a pessoa que veio falar consigo, é de facto representativo da força, se vai ter que falar com as pessoas. Acha que isto aqui cria uma situação que é ingerível, tentando ser prático, ou seja penitencia-se porque entendeu que quem representava a bancada, e, quem comunicava com as bancadas eram nomeadamente, as pessoas que em principio, estavam e teve o cuidado de lhes perguntar e não vai utilizar palavras que ainda hoje teve, porque são sobre assuntos pessoais, de pessoas que lhe telefonaram a explicar as situações e que realmente mostram a cordialidade que sempre viram nos gestos que foram tidos nestas situações, e, que em principio garante ter sempre para com todos. Agora, evidentemente, sofre de problemas profissionais, gosta muito pouco de ver coisas erradas, e, não tem problemas como quando o Professor Pina Marques levantou a questão das ineficiências que teve, como se pode ver não é perfeito, aceitou perfeitamente e pediu para escreverem em ata, aquilo que a bancada do PSD quis realçar como apoio ao seu Presidente. Tem

2014.02.26

muitos defeitos, reconhece, mas está aqui para dar o seu melhor por Vale de Cambra.-----

Posto isto, colocou a votação a proposta de Regimento. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o novo Regimento para o Quadriénio 2013-2017, por maioria de **vinte e dois votos a favor**, tendo-se absterido da votação os seguintes elementos da bancada do PPD/PSD: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos e Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes. -----

**7. APROVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO:** Presente para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de vinte e oito de janeiro de 2014, que aprovou as minutas dos Acordos de Execução de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Município e respetivos anexos que se encontram apensos à ata da reunião para os devidos efeitos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu a discussão do ponto, passando a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que começou por dizer que, de uma forma muito breve e muito telegráfica, no seguimento do que foi a discussão, e esperando que aqui seja mais moderada, teve que ser feita uma adaptação à nova legislação, à lei número 75/2013 de 12 de setembro e, aqui está a fazer-se no fundo, aquilo que era usual e prática habitual do Município, que eram as delegações de competências nas Freguesias. Agora, chamam-se Acordos de Execução de Delegação de Competências, ou seja, a lei atrás referida, veio dar novas competências às freguesias, veio dar-lhes novas responsabilidades, mas também a Câmara

2014.02.26

Municipal, no que diz respeito aquilo que é a colaboração com as freguesias, não quer naturalmente fugir à sua responsabilidade e quer ser um parceiro destas. Isto foi assumido, houve reuniões preparatórias, houve reuniões com todos os Senhores Presidentes de Junta e pensa que todas as questões e dúvidas que existiam foram esclarecidas, sendo também importante referir aqui, porque eventualmente os Senhores Presidentes de Junta sabem, e os membros da Assembleia Municipal podem não saber, que o executivo fez um corte de vinte mil euros, que no fundo acaba por ser proporcional aos cortes das transferências do Estado para o Município de Vale de Cambra, mas isto também foi dito a todos, e, a cada um dos Senhores Presidentes de Junta, que naturalmente dentro daquilo que forem as possibilidades financeiras do Município, irão estar atentos às necessidades do concelho, não ligando naturalmente à freguesia A ou freguesia B. No fundo aquilo que é pedido aqui e depois desta matéria ter sido analisada e aprovada com todos os Senhores Presidentes de Junta, é a aprovação destes Acordos de Execução, que deram um bocadinho de trabalho, atendendo à nova legislação, mas, também e é bom que se diga isso, não quiseram adiar esta matéria, porque ao adiar a aprovação destes Acordos de Execução, estavam também a protelar as transferências para as freguesias, pois não querem que estas estejam mais tempo sem dinheiro, por que de facto há algumas freguesias no concelho que estão numa situação muito difícil, e como têm conhecimento disso, e sabem que essa situação tem que ser rapidamente ultrapassada, naturalmente que estes Acordos de Execução validam e dão cobertura legal para que essas transferências possam ser efetuadas. Também é importante referir que ao nível da Associação Nacional de Municípios e ainda muito recentemente esteve presente, assim como os Serviços da Câmara Municipal, num seminário organizado pela Associação Nacional de Municípios, em que o tema foi a lei

número 75/2013, de 12 de setembro, que não é uma legislação muito pacífica, como é do conhecimento público. No entanto, sendo ou não pacífica e enquanto não é alterada, naturalmente esta é a lei que regula, que orienta e que dá também algumas dores de cabeça.-----

Pensando nas freguesias, o executivo acelerou a aprovação em reunião de Câmara e naturalmente submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, estes Acordos de Execução com as freguesias do Município. -----

Não havendo mais intervenções, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o presente assunto a votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos vinte e oito membros, autorizar a Câmara Municipal a celebrar Acordos de Execução de Delegação de Competências, com as Juntas de Freguesia do Município, aprovando a Minuta do acordo e respetivos anexos.-----

**8. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013 (E RATIFICAÇÃO DO PROCESSADO), NA SEQUÊNCIA DA RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE**

**CÂMARA DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013:** Presente a deliberação da Câmara Municipal de catorze de janeiro de 2014, que remete para retificação a deliberação da Assembleia Municipal, de vinte de novembro de 2013, que deliberou autorizar a abertura dos procedimentos concursais, nos termos da proposta da Câmara Municipal de oito de novembro de dois mil e treze. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que por sua vez reencaminhou para a **Sra. Vereadora, Eng.<sup>a</sup> Catarina Paiva**, para esta falar sobre o assunto, porque de facto houve um ligeiro lapso nesta matéria e naturalmente quando se erra, deve assumir-se a responsabilidade e está aqui presente, um pedido de retificação.-----



2014.02.26

**No uso da palavra a Sra. Vereadora, Eng.<sup>a</sup> Maria Catarina Lopes Paiva,** explicou que efetivamente em reunião de Câmara de dezassete de Dezembro de dois mil e treze, a Sra. Vereadora Dra. Elisabete Rocha solicitou um pedido de esclarecimento, uma vez que numa das informações prestadas pelos Serviços Técnicos foram mencionados vinte e dois trabalhadores contratados, e numa outra, foram mencionados vinte e cinco. Esta diferença teve a ver com a contagem que os Serviços Técnicos realizaram e com o facto das mesmas terem sido efetuadas por duas técnicas diferentes. Daí a necessidade de proceder à contagem correta. -----

Explicou ainda que, a contagem de trabalhadores reporta sempre a 31 de dezembro do ano transato, ou seja, para o ano de dois mil e treze, contou-se que em 31 de dezembro de dois mil e doze existiam vinte e cinco trabalhadores, quando na verdade, apenas existiam vinte e quatro, tendo havido aqui um lapso de contagem, porque uma das trabalhadoras cessou funções no dia 1 de fevereiro de dois mil e doze. Simultaneamente a 31 de dezembro de dois mil e doze cessou funções um outro trabalhador, passando assim em janeiro de dois mil e treze a haver vinte e três trabalhadores contratados. Em 30 de junho de dois mil e treze, um dos trabalhadores entrou no quadro. Daí aparecer referido o número de vinte e dois contratados. Portanto, à data de 31 de dezembro de dois mil e treze, efetivamente existiam 22 trabalhadores contratados, sendo este o número correto e a ser considerado. -----

Não havendo mais intervenções, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o presente assunto a votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou retificar a deliberação tomada em sessão de vinte de novembro de dois mil e treze, bem como proceder à ratificação do processado, nos termos da informação Técnica, datada de trinta de Dezembro de

2014.02.26

dois mil e treze, por maioria de dezasseis votos a favor da bancada do CDS/PP, do Sr. João Pedro Costa da bancada do PS e do Sr. Serafim Fernandes, tendo-se absterido da votação os restantes nove elementos do PSD/PPD e os restantes três elementos do PS. -----

**Declaração de voto do Sr. Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, em nome da bancada do PSD:** “A bancada do PSD absteve-se, porque continua a ter dúvidas quanto à legalidade deste processo, nomeadamente pela quantidade de profissionais que a Câmara tem na área social e a existência de uma rede social no concelho.”-----

**Declaração de voto do Sr. Eng.º João Lameiras, em nome do Partido Socialista:** “Independentemente da contagem dos profissionais ser importante, porque a lei assim o exige, seria importante que se soubesse, qual é a redução de custos que a Câmara tem com a redução do pessoal que é prevista na lei e quais são as mais valias a acrescentar com a contratação dessas novas pessoas, o que é que se ganha, o que é que a população valecambrense ganha com isso? Acha importante isso ser esclarecido. -----

Além do número, o que é que se ganha com a contratação desses Técnicos e também qual é o valor em redução de custos monetariamente, o que é que se ganha com isso? Seria importante que fosse esclarecido”. -----

**9. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE 2013 E DO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2014:** O Senhor Dr. David Luís de Almeida Loureiro, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, apresentou, em “Power Point”, o Relatório de Atividades referente ao ano 2013 e o Plano de Atividades para o ano de 2014 da **Comissão de Proteção de**

**crianças e Jovens em Perigo de Vale de Cambra (CPCJ)**, fazendo ainda referência às famílias que são acompanhadas, pela Comissão. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Atividades referente ao ano 2013 e do Plano de Atividades para o ano de 2014 da **Comissão de Proteção de crianças e Jovens em Perigo de Vale de Cambra (CPCJ)**; -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques:-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques**, começou por agradecer a apresentação do trabalho apresentado, ao Sr. Presidente da Comissão e a todos os Comissários, e, gostaria de felicitar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, pelo trabalho que têm vindo a fazer, pela dedicação dos profissionais, pelo risco que correm, porque este trabalho não é fácil e estão sujeitos a um conjunto de uma série de ameaças, inclusive à sua integridade e às suas famílias. Por isso curva-se perante o seu trabalho e dedicação como profissionais. -----

Este é um assunto que merece uma reflexão profunda, que merece uma atuação concertada, devidamente planeada. Não sabe, se há algum estudo que permita perceber o percurso dos jovens, dos “jovens problema” que existem e com que hoje se debatem, as dificuldades e as infelicidades a que eles estão submetidos pelos comportamentos desviantes a que foram sujeitos e qual foi o percurso de vida que eles tiveram, desde o berço até à atualidade e que deixou as pessoas incapazes de resolver de os conduzir, de os orientar e de os tornar cidadãos solução e não cidadãos problema. Cidadãos que contribuem para a sociedade e não cidadãos que tiram do esforço da sociedade. Acha que era interessante fazer-se um levantamento e saber como se está com este extrato da população,

2014.02.26

que hoje é um problema para todos. Acha que era importante refletir sobre os modelos de exclusão que existem na sociedade. -----

A Santa Casa da Misericórdia tem um centro de acolhimento, crianças dos 0 aos 6 anos, algumas mais velhas por questões de frateria. No ano de dois mil e treze, entraram no Centro de Acolhimento vinte e quatro crianças, algumas com três dias. Saíram do Centro de Acolhimento da Santa Casa da Misericórdia no ano de dois mil e treze vinte e quatro crianças. Não sabe, se no País e relativizando a capacidade do Centro de Acolhimento, que é de trinta, se há no País esta performance, ou seja esta proporção de entrarem vinte e quatro crianças, neste momento estão vinte e cinco, estará a entrar uma vigésima sexta, e, saírem no mesmo ano o mesmo número de crianças que entraram. Acha isto fantástico, pelo trabalho dos profissionais que lá têm.-----

Deixa o convite, para que visitem o Centro de Acolhimento da Santa Casa. -----

Na sequência disso, e, para que conheçam a existência, saberem o que têm, o que há, o que está feito, e, também recebem o contributo de quem chega, de quem visita e de quem tem uma visão diferente.-----

É preciso, é fundamental, que no âmbito da Rede Social, no âmbito da Comissão, consigam identificar, fazer o levantamento das situações mais problemáticas, das famílias com maiores dificuldades, com mais problemas, onde tenha de se intervir para cortar a replicação destes modelos de exclusão. E a exclusão acontece nas escolas, foi e é Professor, foi Vereador do Pelouro da Educação, sabe do que fala. Há fenómenos de exclusão dentro das escolas e, toda a gente compreende, as crianças em grupo rejeitam esta ou aquela, porque vem daqui, vem dali, porque tem este ou aquele problema, a questão que anda aí muito falada na comunicação social, a exclusão também se processa. Ora, é preciso identificar todos estes casos para que se pegue nas crianças e essa recomendação, tem-na

2014.02.26

feito aos Diretores da Santa Casa, que trabalham a infância, para que sinalizem de imediato, todas as crianças que possam vir a estar ou já estejam numa situação de risco, de desvio de comportamentos, para que aquelas crianças sejam mais acarinhadas, para que os profissionais tenham sobre elas um olhar diferente, para que lhes dê competências e inclusivamente recorrer a outras instituições através de uma análise psicológica bem feita e que perceba as inclinações naturais da criança. Se a criança tem tendência para a música então fala-se com a Academia de Música, se a criança tem tendência para o desporto, então deve falar-se com uma instituição do desporto, para que os seus profissionais, os melhores, se dediquem àquelas crianças e que elas se afirmem no grupo, pelas competências que vão conseguindo, que sejam animadas a terem uma auto-estima superior, para que não seja conhecida por que é filha de fulano ou de beltrano, mas que seja conhecida, porque ficou no terceiro, no segundo ou até no primeiro lugar no Atletismo, ou no Basquetebol ou na Música, ou aqui ou ali, que ela se afirme no grupo pelas competências que tem, que se sinta bem na sociedade, que se sinta valorizada pelo contributo que dá à sociedade, desde pequenina, três, quatro anos, muito bem. É isto que é preciso fazer, porque amanhã, essa criança que hoje tem três anos e que pode ter a sua birrazinha, é normal, aproveitar isso, a sua afirmação, para que ela seja mais pessoa, para que ela cresça bem, para amanhã não andarem aflitos à procura, porque anda no pó branco, porque anda no roubo, porque anda nisto ou naquilo e o custo é muito maior. -----

Disse ao Dr. David Loureiro, para contar com a Santa Casa e contar com o seu empenho pessoal nesta causa, porque se ganharem uma criança que seja, que se desvie de uma tendência que seria natural, porque se vê no histórico da família a replicação destes fenómenos de exclusão, estão a ter um ganho muito grande e

fica aqui também presente, que estão ao dispor para que esta causa social que muito lhes diz, seja coroada de êxito pelo esforço que todos fazem e agradeceu o trabalho da CPCJ. -----

**Usou da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos**, para dizer que também é sensível a estas situações, pois no fundo lida com elas diariamente e quer fazer uma proposta à Câmara Municipal, à Assembleia às Instituições. Tentarem contactar com a Ordem dos Psicólogos e criar um Centro de Estágio de Psicólogos na Escola Secundária, no Agrupamento, porque muitas vezes trabalha-se nas Escolas esses problemas e em casa continuam os mesmos, ou seja, esses problemas, por vezes, são a ponta do Icebergue, é então uma realidade escondida, que é preciso ser trabalhada. Apostar também na formação das famílias e das realidades em que estas pessoas estão inseridas. Esta proposta se for útil e quiserem falar sobre ela, quer deixar aqui o seu contributo.---

**Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para dizer que neste momento este assunto não vai ser agendado para ser discutido nesta sessão, provavelmente noutra altura será oportuno e será tido em conta. -----

Aproveitou para nesta função institucional, agradecer ao Dr. David Loureiro, o trabalho e empenho que tem posto na resolução de muitos casos e na forma empenhada como tenta resolver estes problemas.-----

**10. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA Lei n.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação

2014.02.26

escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 17 de fevereiro de 2014, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----

**Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que conforme está plasmado na convocatória remetida aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, pensa que todos receberam em devido tempo a informação escrita, e o que importa referir aqui, é que houve preocupação em fazer uma informação exhaustiva, naturalmente pode haver uma ou outra falha, mas acredita que não, pois foi pedido aos Serviços que de uma forma mais ou menos exhaustiva, que reportassem aos membros da Assembleia Municipal, aquilo que foi a atividade no período compreendido entre 13 de novembro de dois mil e treze e 14 de fevereiro de dois mil e catorze. Naturalmente estará disponível para algum esclarecimento, que julguem oportuno, embora pense que a forma exhaustiva de mostrar o que é a Atividade Municipal, no fundo foi consubstanciado aquilo que possam ser as dúvidas existentes, pois nem todos os membros da Assembleia Municipal, têm acesso no dia a dia à informação, e então neste documento, procurou ser claro na forma como transmitiu, aquela que foi a Atividade Municipal. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra: -----

**Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, para dizer que, a bancada do PSD, leu com muita atenção a informação do Sr. Presidente da Câmara. É exhaustiva, e o que dela se retira de mais exaltante é o fantástico Património Cultural, Desportivo, Social e Económico que dela emana, que a todos

2014.02.26

deve orgulhar e que é fruto do trabalho de sucessivas gerações, do povo de Vale de Cambra e especialmente dos últimos quarenta anos de democracia plena.-----  
É uma herança de todos e que todos têm de a obrigação de preservar, continuar e engrandecer. -----

**11. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que já tinha levado cartão amarelo. -----

**Usou da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques,** para dizer que gostaria de interpretar o cartão amarelo, porque o Sr. Presidente, fez o convite para a viagem, fez o convite à colaboração e é essa a disponibilidade da bancada do PSD, para a colaboração, não tem a ver com cartão amarelo ao Sr. Presidente, de modo algum, e se algum cartão teria a haver, não tem a ver com o Sr. Presidente, é que a mesa da Assembleia, na altura foi acusada de uma série de coisas e para que conste, a bancada do PSD, colabora com a mesa da Assembleia e não tem a ver com o Sr. Presidente. Mas a mesa foi acusada de ter prejudicado o Município por uma sessão extraordinária que teve que convocar. Ficam as contas ajustadas, não tem a ver com o atual Presidente da Assembleia.

**Interveio novamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** para dizer que é um assunto do passado, não se pode pronunciar, mas tem um grande poder de encaixe e a coisa que mais defende é a livre expressão de cada um. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1, DO ARTIGO 49.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:**

**Usou da palavra o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares,** que quer dar os parabéns ao Dr. António Fernando de Pina Marques, pelo que ele disse relativamente às crianças, porque se revê naquilo que ele disse, no que se refere



2014.02.26

aos direitos mas também aos deveres, que foi aquilo que se andou sempre a negar à juventude, a responsabilidade.-----

Como representante da Assembleia Municipal de Vale de Cambra no Conselho da Comunidade do ACES – Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte, informou sobre a reunião em que esteve presente, no dia dezoito de fevereiro de dois mil e catorze, do Conselho da comunidade do ACES, que foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Dr. Hermínio Loureiro, onde, além dos membros do Conselho da Comunidade, estiverem presentes, o Dr. Miguel Portela e a Senhora Dra. Maria de Lurdes Sousa, Coordenadores do ACES. Tendo sido o Dr. Miguel Portela a dar início aos trabalhos, fazendo um resumo do que foi a atividade do ACES no ano 2013 e dando nota dos objetivos para 2014 e 2015. Referiu que na área de atuação do ACES, nos concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Vale de Cambra, existem neste momento dez mil trezentos e cinquenta e dois utentes sem médico de família, sendo quatro mil seiscentos e oitenta e três de Vale de Cambra, cinco mil seiscentos e quarenta e nove de Oliveira de Azeméis e vinte de S. João da Madeira. Estes vinte de S. João da Madeira só não têm médico de família, porque não querem.-----

Pensa que durante 2014/2015, esta situação esteja resolvida. São necessários, de acordo com o número que cada médico tem atribuído e foi aumentando consideravelmente, de acordo com o que foi dito pelo Dr. Miguel Portela, cerca de sete médicos para resolver este problema, sem contar, com aqueles que vão saindo.-----

Neste caso, a situação mais preocupante é Arões – Junqueira, em virtude do Sr. Dr. Jorge de Sousa, já pediu a reforma e está na iminência de se ir embora. -----

O Sr. Dr. Miguel Portela, informou que está bastante preocupado com esta situação, mas pretende resolvê-la antes do Dr. Jorge de Sousa se ausentar. Irá

2014.02.26

rapidamente tratar do assunto, porque ele visita muito esta área, conhece muito bem a área de Junqueira – Arões, as dificuldades das pessoas, para virem ao médico a Vale de Cambra e todos os problemas inerentes a essa situação e quase que garantiu, que o problema será resolvido atempadamente. -----

Falou também, na reabertura da Unidade de Cuidados Continuados em Vale de Cambra, referiu que o assunto está bem encaminhado e aqui reforça as palavras do Dr. Miguel Portela, acha que está muito bem encaminhado, uma vez que o assunto está a ser tratado entre a ARS Norte e o Senhor Dr. Pina Marques, da Santa Casa da Misericórdia, está bem entregue e a situação num curto espaço de tempo estará resolvida. Resta da parte da ACES, que lida com as instalações, efetuar algumas obras de fundo como seja a substituição da canalização da água, em virtude desta se encontrar em muito mau estado. É a primeira obra que vão lançar a concurso, para que todas as condições estejam reunidas. -----

O Dr. Miguel Portela, demonstrou estar preocupado em relação à consulta aberta em Vale de Cambra, por várias razões, que não vai mencionar, mas que é um assunto que vai ser resolvido muito rapidamente.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia colocar alguma pergunta uma vez que se trata de um assunto bastante importante, dando a palavra ao Sr. Carlos Manuel Almeida Dias-----

**No uso da palavra o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias**, disse que relativamente ao assunto exposto pelo Sr. Manuel Domingos, não é tão fácil quanto isso, uma vez que já anda há um ano nessa luta e não está confiante que assim seja. O Dr. Miguel Portela já prometeu que ia haver um médico durante o período de férias, que quando o Dr. Jorge de Sousa, não pudesse estar presente, havia um médico para o substituir, só que o problema já não é só o médico é também a funcionária,

2014.02.26

porque se esta ficar doente, já não há médico, uma vez que o Posto Médico sem a funcionária não trabalha. -----

Relativamente ao Dr. Miguel Portela, é uma excelente pessoa, preocupado com a freguesia de Arões e Junqueira, mas até ao momento tem sido simpático, apenas isso, preocupa-se em resolver o problema, mas pessoalmente não acredita que ele tenha condições para o resolver neste momento. Dentro de dois a três meses vão chegar as férias do pessoal, e, segundo a informação que tem, se a funcionária ficar doente amanhã, o Dr. Jorge de Sousa já não pode trabalhar, fica retido no Centro de Saúde de Vale de Cambra. Se o Dr. Jorge de Sousa, for de férias não tem ninguém a substituí-lo, se a funcionária for de férias, não tem ninguém a substituí-la, isto não é assim tão linear. Acredita que o Dr. Miguel Portela se preocupe, mas neste momento não tem a solução para este problema. Agradece que lhe transmita que é a vontade e o esforço que a freguesia de Arões tem, em resolver este problema. Trata-se de pessoas idosas, com dificuldades económicas que têm de se deslocar num táxi mais de vinte e trinta quilómetros, para virem ao médico e muitas vezes, não há médicos para fazerem um simples curativo ou um penso. Já disse tudo isto ao Dr. Miguel Portela, pois já estiveram cerca de três semanas a um mês sem médico na freguesia de Arões, tendo-lhe ligado e escrito constantemente, mas sem que obtivessem resultados. Portanto, se o Sr. Manuel Domingos conseguir solucionar este problema, é um favor que faz às duas freguesias e ao concelho de Vale de Cambra. -----

**Interveio o Sr. Manuel Domingos**, para dizer que, simplesmente transmitiu aquilo que se passou e sobre ao assuntos que dialogaram, mas também quer transmitir a sua opinião pessoal, Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Padre da Freguesia, ACES, Assembleia Municipal, têm de estar todos do mesmo lado na altura própria. Sabe que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, esteve numa

2014.02.26

reunião com a ARS Norte há muito pouco tempo, e, o Sr. Diretor da ARS Norte, não foi nada delicado com ele. Isto foi dito pelo Dr. Hermínio Loureiro na última reunião, onde esteve presente. Chegou a dizer-lhe que se as pessoas de Arões não podiam deslocar-se a Vale de Cambra, então o Sr. Presidente devia disponibilizar transportes públicos, para as pessoas irem ao médico. Claro que a Câmara Municipal, com certeza não tem dinheiro para instalar transportes públicos, mas é necessário mostrar-lhes que isso a curto prazo não é possível.----  
A saúde é prioritária, e a saúde preventiva, porque, depois de ficar doente, raramente se cura. É uma situação muito delicada e sabe que o Dr. Miguel Portela está verdadeiramente empenhado em resolvê-la. -----

**Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para dizer que ia tentar ser muito sintético e que o que o Sr. Manuel Domingos acabou de dizer, não corresponde totalmente à verdade, por uma razão muito simples, na verdade teve uma reunião com o Sr. Presidente da ARS, e quer publicamente agradecer-lhe a forma simpática, cordial e colaborante como lidou consigo, e não foi sozinho a essa reunião, tem pessoas que o podem testemunhar. De facto o Sr. Presidente da ARS, foi de uma delicadeza, que aqui quer sublinhar e um dos assuntos que tratou numa dessas reuniões, pois já estive várias vezes com ele, reportou ao Sr. Dr. Pina Marques, o teor do que lá tinha sido conversado e a forma extraordinária como o Sr. Dr. Castanheira Nunes o recebeu como Presidente de Câmara.-----

Têm estado, permanentemente atentos a esta questão da saúde no concelho. Como sabem, e isto também importa que aqui se diga, esta situação foi criada ao longo do tempo, fruto de contingências diversas, mas o que é certo é que é uma realidade e que a saúde em Vale de Cambra, não está como todos naturalmente gostariam. Tem manifestado bastante preocupação, e quer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões, quer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de

2014.02.26

Junqueira, podem testemunhar, que desde a primeira hora e independentemente da iniciativa da própria freguesia, foi o executivo que entrou em contacto com as duas freguesias, no sentido de se unirem à Câmara Municipal, para manifestarem a preocupação pelo encerramento das duas Unidades de Saúde de Arões e de Junqueira, respetivamente. Aquilo que o Sr. Presidente de Junta de Arões aqui disse é a pura verdade, se faltar a funcionária administrativa, não há médico nas freguesias e isso é uma preocupação que reportaram quer ao Sr. Presidente da ARS, como também ao Coordenador do ACES, Dr. Miguel Portela, com quem frequentemente se encontra. Ainda no final da semana passada, esteve reunido com ele, a tratar exatamente dessas questões da saúde em Vale de Cambra. -----

Por um lado a questão da substituição do funcionário administrativo, no caso de ter uma doença, de ir de férias, de ter um problema qualquer, mas também de uma outra questão que é do conhecimento público, é a questão do Dr. Jorge que os preocupa naturalmente, e já pediu expressamente, o Dr. Jorge, um dia e seria vontade de todos que fosse bastante mais tarde, mas provavelmente será mais cedo do que aquilo que se desejaria, e aquilo que pediu expressamente quer ao Dr. Daniel Portela quer ao Dr. Castanheira Nunes, foi que fosse feita a sua substituição, e quer aqui dizer que o Sr. Presidente da ARS, assumiu que faria essa substituição e disse que tinha mais facilidade em arranjar e colocar um médico do que um administrativo. Isto são palavras do Sr. Dr. Castanheira Nunes.

Entretanto no que diz respeito à questão dos administrativos, o problema não se coloca só na freguesia de Junqueira e na freguesia de Arões, põe-se também no próprio Centro de Saúde, porque se houver a fatalidade de dois funcionários do Centro de Saúde adoecerem em simultâneo, o Centro de Saúde fecha, esta sim, é a realidade do concelho. Têm de estar atentos a isto e tudo farão para que esses problemas sejam ultrapassados. Há uma promessa, e é da semana

2014.02.26

passada, de que foram encontradas duas funcionárias com disponibilidade na mobilidade, dentro da função pública, para virem para Vale de Cambra. Aguarda-se que isso se confirme, espera que esta noticia que está a dar, venha a ter a confirmação desejada, naturalmente. -----

Para se calhar, repor aquilo que o Sr. Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis disse em relação à irritação do Dr. Castanheira Nunes, e vai contar porque motivo o Dr. Castanheira Nunes ficou irritado, todos os presidentes que fazem parte da Associação de Municípios, pediram uma audiência com o Sr. Dr. Castanheira Nunes, e na qualidade de Presidente da Associação de Municípios, dirigiu-se a ele nos termos que achou pertinente, que era manifestar a preocupação em seu nome e dos cinco Municípios, pelo encerramento da neonatologia do Hospital da Feira, ou seja os concelhos de Vale de Cambra, Arouca, S. João da Madeira, Feira e Oliveira de Azeméis, vão ficar privados da neonatologia, e, aí sim, fez a abordagem ao Sr. Dr. Castanheira Nunes, nos termos que entendeu convenientes, não com agressividade, com respeito, mas com uma posição afirmativa de discordância total pela medida. Teve naturalmente, a cobertura dos restantes Presidentes de Câmara, a posição era unânime, estavam ali a falar a uma só voz e de facto o Sr. Presidente da ARS, não gostou da abordagem. Numa primeira mão manifestou-se um bocadinho discordante daquela tomada de posição, por parte dos Presidentes de Câmara, depois no final da reunião, já existia toda a abertura para os por a participar na discussão do problema. Faça-se justiça em relação aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Eng.º João Lameiras**, e apelou mais uma vez para o poder de síntese. -----

2014.02.26

**Usou da palavra o Sr. Eng.º João Lameiras**, para dizer que o Partido Socialista, tem manifestado a sua preocupação sobre este assunto e o seu arrastamento, inclusivamente na Assembleia da República o deputado de Aveiro, Filipe Neto Brandão, fez uma intervenção sobre este mesmo assunto, até porque também faz parte da Comissão de Saúde do Partido Socialista. -----

Dirigindo-se ao Sr. Presidente, sobre a questão da mobilidade, se realmente não se concretizar no âmbito da função pública, a mobilidade dessas duas funcionárias, que seja a Câmara a tomar a iniciativa e arranjar um administrativo quando essa funcionária faltar, porque o problema arrasta-se há muito tempo, e entende que precisam de ser pro ativos, isto é atuarem no imediato e não esperar que a Administração Central, resolva sempre os problemas na sua globalidade, porque Arões não lhes diz muito em Lisboa. -----

**Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para dizer que de facto, a pro atividade a que o Sr. Eng.º João Lameiras se refere, foi imediatamente posta em prática, no dia em que tiveram conhecimento da entrada em situação de baixa médica, da pessoa que estava nas freguesias de Arões e Junqueira, a prestar apoio administrativo, imediatamente a Câmara Municipal se disponibilizou para ceder um funcionário, que suprisse a falta dessa pessoa nas Unidades de Saúde de Arões e Junqueira o que foi liminarmente rejeitado pelo Ministério da Saúde, por não dispor de formação específica, sendo situações que o próprio Ministério pura e simplesmente não aceita, e, contra as quais não conseguem convencer o Ministério da Saúde, que nos dias de ausência da funcionária a sua substituição seria a melhor solução. De facto não deixaram que o problema fosse resolvido. ---

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à pessoa inscrita para intervir, que é o Sr. Jorge Costa.-----

2014.02.26

Seguidamente usou da palavra o **Sr. Jorge Tavares Costa**, solicitando esclarecimentos sobre a continuação dos trabalhos de colocação de água e saneamento, na Rua das Colmeias, na freguesia de S. Pedro de Castelões, uma vez que o trabalho foi iniciado à cerca de cinco meses, foi gasto dinheiro no material, que se encontra pela rua abaixo e neste momento a via está intransitável. Sabe que presentemente não é fácil, derivado ao estado do tempo, mas começa a ser tempo, de resolver o problema daquela rua, porque as pessoas estão sujeitas a cair e aleijarem-se, e caso isso aconteça, a Câmara Municipal vai ter que responder por isso. Só fazendo lá uma visita e verificando o estado da via, é que se vê a degradação que existe. Solicita assim à Câmara Municipal, que o mais rapidamente que puder, deverá dar continuação aos trabalhos na referida rua.-----

**Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para agradecer a intervenção do Sr. Jorge Costa, e dizer que a Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, já lhe tinha reportado essa necessidade, bem como alguns moradores. Foi um trabalho iniciado muito em cima das eleições, provavelmente entre Agosto/Setembro, depois a obra parou, não sabe qual o motivo, mas sabe que a obra estava parada e entretanto meteu-se toda esta intempérie. Já foi muito claro com os serviços da Câmara Municipal, o assunto tem que ser resolvido e pensa que também já foi reportada essa mesma decisão à Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões. Tem noção absoluta, que é uma necessidade que tem de ser resolvida, mas infelizmente as condições climatéricas e também dada a sinuosidade do terreno onde a rua se insere, não tem sido possível fazer este tipo de intervenção. Aguarda ansiosamente que venha bom tempo, para permitir a execução urgente de alguns trabalhos.-----



**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. António de Bastos Neves, Presidente da APDC.-----

Usou ainda da palavra o **Sr. Presidente da APDC** – Associação e Promoção Desenvolvimento de Castelões, **Sr. António de Bastos Neves**, para agradecer a honra que teve, pelo facto da sede desta Associação ter sido escolhida, para receber o órgão máximo que é Assembleia Municipal de Vale de Cambra e que estarão recetivos a abrir as suas portas, para sempre que entenderem necessário. -----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para agradecer mais uma vez à APDC, na pessoa do Sr. Neves, esta colaboração, assim como ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões o apoio e o trabalho todo que teve, para que esta sessão corresse da forma como correu, a todo o staff que apoiou e fundamentalmente, agradecer as intervenções de todos os membros da Assembleia e pedir que intervenham, porque como sempre disse, é no calor da disputa das ideias que Vale de Cambra vai avançar. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente minuta da ata que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

**O Presidente** \_\_\_\_\_

**O 1º Secretário** \_\_\_\_\_

**O 2º Secretário** \_\_\_\_\_

*Este texto respeita o novo acordo ortográfico*-----

-----  
-----

2014.02.26

A series of 25 horizontal dashed lines, spaced evenly down the page, intended for handwritten notes or a list.

2014.02.26

A series of horizontal dashed lines for writing.